

# O cerne da nossa proposta para a economia brasileira

Roberto Mangabeira Unger



Dentro do denso nevoeiro da campanha eleitoral começa a formar-se um programa econômico alternativo para o País. Ele é o programa de uma esquerda que se desencantou das falsas promessas de um distributivismo demagógico e que conseguiu abrir a camisa-de-força das opções ideológicas tradicionais. Por isso mesmo, ele não se deixa interpretar à luz do debate sobre a hipertrofia e a redução do Estado que continua a seduzir e desorientar nossas elites. Basta identificar as grandes linhas dessa alternativa emergente para compreender que ela pode merecer o apoio de uma grande aliança social — inclusive dos empresários que levem a sério a ideia de uma economia de mercado.

Essa alternativa econômica nasce de respostas inesperadas a três constatações convergentes. Animada todas essas respostas a visão de uma sociedade em que a multiplicação das oportunidades de iniciativa descentralizada — ora pela pequena propriedade individual ou cooperativista, ora pela participação dos trabalhadores na gestão das empresas, ora pela reunião pública de recursos postos temporaria e condicionalmente à disposição de produtores privados — evita a concentração do controle e facilita a prática da inovação permanente. Dadas as condições do País, essa radicalização do pluralismo econômico — orientada à construção de uma sociedade em que homens e mulheres aceitam um experimentalismo social e tecnológico acelerado porque são donos de si mesmos — deixa de ser um compromisso visionário e passa a ser um indispensável antídoto ao atraso e ao servilismo.

A primeira constatação de que surge nossa proposta é que numa economia como a nossa, dramaticamente dividida entre um setor organizado e favorecido e outro à margem de capital, tecnologia e mercados, não se moderam as grandes desigualdades por meio de meras redistribuições fiscais e políticas assistencialistas. A transferência fiscal compensatória será sempre ou pequena demais para resolver os problemas da massa aprisionada na segunda economia ou tão grande que ameaça matar a galinha que põe os ovos de ouro.

A única solução é redistribuir a renda pela reorganização da economia. Felizmente, as mesmas reformas que diminuam os efeitos desigualizadores do crescimento econômico também ajudariam a inspirar uma grande salto produtivo. Duas grandes orientações de mudança estrutural convergem para reconciliar a aceleração do crescimento e a contenção da desigualdade: o esforço para superar a divisão interna da nossa economia em dois mundos funcionalmente ligados mas hierarquicamente separados e o compromisso de extinguir a simbiose de mercados oligopolistas e privilégios políticos característica da nossa economia privada de grande escala.

Combater o dualismo econômico significa engajar os centros dinâmicos da nossa economia, a começar pelas empresas e pelos bancos públicos, na tarefa de elevar os pequenos e médios empreendimentos da nossa segunda economia, dando-lhes acesso a capital, máquinas e mercados. Para isso, é preciso também educar a massa excluída e miserável. A medida que se fixar a nossa segunda economia uma outra primeira economia, com traços próprios e surpreendentes, e que se reorientar perfil da nossa produção, haverá base para redifinir, também, o perfil do consumo e para aumentar os salários inferiores de maneira efetiva e duradoura.

De outro lado, dentro do setor moderno da economia, viificado em oligopólios, cartões e clientelas, a tarefa é dar vida a regras e realidades de mercado. Temos que fazê-lo pelo corte abrupto de subsídios diretos e indiretos, pelo desenvolvimento de uma legislação antitruste vigorosa, pela abertura do comando das empresas às forças do mercado, pela multiplicação dos pequenos bancos, pelo fomento de cooperativas de crédito e de produção pelo aumento da concorrência estrangeira aos nossos oligopólios, evitando que produtores privilegiados e inefficientes continuem a se acobertar sob o véu do nacionalismo econômico.

A segunda constatação a que responde nosso programa é que não podemos ser o país que queremos sem nos rebelarmos contra o papel que passamos a desempenhar na economia mundial: o papel de uma economia exportadora de capital, levada a assimilar um estilo de industrialização que já vai sendo desmontado nas economias liderantes. Se esse estilo, dito fordista, de produção em massa de bens padronizados, por máquinas e processos rígidos, exclui a massa subempregada da segunda economia, ele também nos impede de concorrer com as grandes potências industriais senão à base do avulta-

mento dos salários internos. A cura da exportação líquida de capital está num conjunto de iniciativas — reconhecimento do valor reduzido da dívida externa, prazo de carência para seu pagamento e obrigações de reinvestimento do capital estrangeiro — que nos assegure um período de reconstrução econômica. Já a rejeição do fordismo importado e arcaico impõe uma sequência mais complexa e sutil de medidas, a começar pelo fomento de uma indústria pós-fordista de ponta — pública e privada — que sirva tanto para ampliar o leque das nossas exportações como para equipar, com tecnologias próprias e assimiláveis, nossa segunda economia. Ao nacionalismo de isolamento sucede, como contrapartida necessária a mudanças estruturais internas, a busca de um lugar menos restrito e restritivo e na nova divisão internacional do trabalho.

Como a reconversão industrial imposta por essa busca exige um aumento rápido da nossa capacidade de importar maquinaria avançada e serviços técnicos, ela está diretamente condicionada ao estancamento da perda líquida de capital. E como ela impõe um avanço cultural acelerado, ela exige, também, um sistema educacional que ponha a aprendizagem de capacidade para recombinar, refazer e repensar no lugar da transmissão passiva de informações.

A terceira constatação de que partimos é que o Estado brasileiro está falido e que um Estado falido não se presta a projeto algum. Para sanear as finanças públicas e controlar a instabilidade da moeda, temos que começar por pôr de lado duas fantasias perigosas — a fantasia de que a inefficiência do Estado é a causa da sua falência (embora, de fato, ele seja inefficiente) e que, portanto, basta demitir e privatizar e a fantasia de que congelamentos e desindexações podem anular os efeitos monetários da quebra do Tesouro.

O Estado está falido porque os encargos das dívidas externa e interna e o peso dos subsídios explícitos ou tácitos que o setor público concede a seus clientes perderam qualquer relação com as capacidades produtivas da economia e com as fontes da receita pública. A solução inexorável é reduzir a dívida externa, alongar os prazos de pagamento da dívida interna, caçar os subsídios e os incentivos, diminuir bruscamente a expansão dos meios de pagamento no sentido amplo, corrigir as tarifas e os preços das empresas públicas, universalizar a cobrança dos impostos diretos, sobretudo do imposto de renda sobre a pessoa física, e dar às empresas e aos bancos públicos as condições indispensáveis da responsabilidade contábil e da iniciativa empresarial. Para controlar

os movimentos desestabilizadores de capital financeiro que há de acompanhar o choque fiscal e para permitir que nossa integração à economia mundial se dê sob o signo de cálculos realistas de custos e vantagens reais, é preciso substituir, arrojadamente, o câmbio administrado pelo câmbio livre. E para registrar o impacto inflacionário instantâneo de medidas que permitem, logo adiante, controlar a inflação, temos que acompanhar essas providências corretivas por uma elevação correspondente dos salários nominais.

Esse conjunto de decisões de emergência apenas reconhece uma realidade: o devaneio de um pseudo-keynesianismo habituado a recorrer ao dinheiro fácil, impresso e emprestado, e à manipulação de salários e preços nominais acabou no pesadelo da desordem inflacionária, da especulação estéril, da desorganização do setor público e da ameaça recessiva. Mas à medida que o plano emergencial capaz de enfrentar essa realidade se desdobre em políticas destinadas a assegurar seus efeitos — na política industrial, na reforma tributária, na reorganização dos sistemas financeiro, na nova disciplina do comércio exterior e do capital estrangeiro e na reorientação das preocupações do setor público — ele já se orienta em direção às grandes mudanças estruturais que esboçei.

Tudo isso tem pouco a ver com o suposto conflito entre estatismo e privatismo. Mas tem muito a ver com a definição de uma trajetória capaz de alcançar os objetivos mentirosamente prometidos pelas idéias conservadoras e convencionais e pelos chavões ideológicos que exercem influência hegemônica na nossa política. Hoje, no Brasil, e até dentro do meu próprio partido, a verdadeira divisão há muito deixou de ser, se é que ela já foi, o confronto entre amigos e inimigos do Estado. Ela está lançada, isso sim, entre aqueles que imaginam conseguir um máximo de crescimento, estabilização e redistribuição com um mínimo de mudança das instituições econômicas — sejam públicas ou privadas — e aqueles que vemos na mudança do modelo econômico um imperativo de salvação nacional.

Roberto Mangabeira Unger é professor titular da Universidade de Harvard, membro da executiva nacional do PDT e assessor econômico do candidato Leonel Brizola.